

POLÍTICAS MIGRATÓRIAS E PERCEPÇÕES DOS MIGRANTES: O CASO DO PROGRAMA DE RETORNO VOLUNTÁRIO PARA OS BRASILEIROS NO JAPÃO

MIGRATION POLICIES AND MIGRANTS' PERCEPTIONS: THE CASE OF THE VOLUNTARY RETURN PROGRAM FOR BRAZILIANS IN JAPAN

Angelo Ishi ¹

¹ Musashi University, Faculty of Sociology, Department of Socio-Media Studies
angelo@u.musashi.ac.jp

Resumo. Este é um estudo sociológico sobre o programa denominado “ajuda para retorno voluntário dos nikkei sul-americanos” (conforme terminologia usada pelo governo japonês) após a crise financeira global de 2008 (“nikkei”: descendente de japoneses). Mais de 20 mil brasileiros que trabalhavam no Japão receberam esta ajuda e retornaram ao Brasil. Ao contrário dos programas similares na Europa, foi uma assistência emergencial com prazo e alvo específicos: somente os sul-americanos “nikkeis” foram beneficiados, entre 2009 e 2010. O programa provocou polêmica por incluir uma cláusula de proibição do “reentry” para quem aceitasse a ajuda. O objetivo deste estudo é analisar este programa e o controle de fronteiras por duas perspectivas: a do governo japonês e a dos migrantes que a receberam. A pesquisa não se restringe aos fatos e dados objetivos, mas também à percepção e subjetividade do migrante, isto é, como as pessoas que receberam a ajuda interpretaram o fato de recebê-la. A metodologia é primordialmente qualitativa: 1) entrevistas semiestruturadas com os beneficiários desta ajuda; 2) análise dos dados de um questionário colhido por um líder do movimento para liberação do “reentry”, com 111 respondentes; 3) análise do noticiário das mídias japonesa e internacional. Também tive acesso a informações privilegiadas fornecidas por políticos e burocratas. Alguns resultados da pesquisa são: 1) Erros de tradução e falhas de entendimento nas reuniões explicativas fizeram com que muitos recorressem à ajuda sem a devida consciência sobre as consequências desta decisão; 2) Constatou-se em alguns migrantes um orgulho de “não causar ônus ao país receptor”. 3) Embora o governo tenha anunciado o programa como sendo ajuda humanitária, ele teve como efeito induzir pessoas sem necessidade extrema a deixarem o Japão, provocando um êxodo de raras proporções no contexto das migrações transnacionais do século 21.

Palavras-chave: Brasileiros no Japão, Política migratória, Nikkeis (descendentes de japoneses), Retorno voluntário, Controle de fronteiras.

Abstract. This is a sociological study of the program called "assistance for the voluntary return of South American Nikkei" (according to the terminology used by the Japanese government) following the 2008 global financial crisis ("Nikkei": a descendant of Japanese people). More than 20,000 Brazilians who worked in Japan received this assistance and returned to Brazil. Unlike similar programs in Europe, it was emergency assistance with a specific deadline and target: only South American "Nikkei" were eligible, between 2009 and 2010. The program sparked controversy because it included a clause prohibiting "reentry" for those who accepted the assistance. This study aims to analyze the program and border control from two perspectives: that of the Japanese government and that of the migrants who received it. The research is not limited to objective facts and data, but also considers migrants' perceptions and subjectivity, that is, how the people who received the assistance interpreted the fact of receiving it. The methodology is primarily qualitative: 1) semi-structured interviews with recipients of the assistance; 2) analysis of data from a questionnaire collected by a leader of the movement to lift the "reentry" ban, with 111 respondents; and 3) analysis of Japanese and international media coverage. I also had access to privileged information provided by politicians and bureaucrats. Some of the research results are: 1) translation errors and misunderstandings in explanatory meetings led many people to seek the assistance without fully understanding the consequences of that decision; 2) some migrants were found to take pride in "not imposing a burden on the receiving country"; and 3) although the government announced the program as humanitarian aid, it had the effect of inducing people who were not in extreme need to leave Japan, producing an exodus on a rare scale in the context of twenty-first-century transnational migration.

Keywords: Brazilians in Japan, Migration policy, Nikkei (descendants of Japanese people), Voluntary return, Border control.

Introdução

Este é um estudo sociológico sobre o programa de “ajuda para retorno voluntário” dado pelo governo japonês aos trabalhadores brasileiros (em sua maioria, “nikkeis”: descendentes de japoneses), após a crise financeira global de 2008. O objetivo do estudo é analisar este programa e o controle de fronteiras por duas perspectivas: a do governo japonês e a dos migrantes que a receberam.

A crise desencadeou a demissão em massa dos brasileiros no Japão e deixou dezenas de milhares de brasileiros desempregados. E muitos recorreram ao programa de ajuda de retorno voluntário lançado pelo governo japonês. Concretamente, a ajuda consistia no subsídio das despesas de retorno para famílias oriundas do Brasil, Peru ou outro destino da América do Sul, num valor de 300 mil ienes (aproximadamente 3 mil dólares) para o chefe da família, mais 200 mil ienes para cada dependente. O programa ficou conhecido entre os brasileiros no Japão como “ajuda dos 300 mil”.

A ajuda fazia parte de um pacote de medidas lançadas pelo Ministério do Trabalho, Saúde e Previdência Social para ajudar os “nikkei sul-americanos”. Segundo as explicações dadas pelo governo, a ideia era financiar a passagem aérea (somente de ida) para retorno ao país de origem. O programa se iniciou em abril de 2009 e se encerrou

em março de 2010. Segundo dados do Ministério, um total de 20.053 brasileiros receberam a ajuda em menos de um ano.

O programa foi alvo de fortes críticas por parte de advogados, defensores de direitos humanos, mídia japonesa e estrangeira (como o *New York Times*). O motivo principal da crítica foi a condição imposta aos beneficiários do programa: eles estariam proibidos de reentrar no Japão com o seu visto de permanência, “toobun no ainda” (por tempo indeterminado). Diante das críticas, em maio o governo anunciou uma amenização na cláusula de proibição do “reentry”: os beneficiários dos 300 mil ienes poderiam recuperar o direito de reentrar no Japão com o visto original em “3-nen o medo ni” (“a princípio, após 3 anos”). Este rigoroso controle de fronteiras originou protestos entre os brasileiros retornados, que aguardavam ansiosos pela liberação do “reentry” — que não aconteceu no tempo esperado por muitos. Em final de março de 2012, quando se completaram 3 anos desde o lançamento do programa, não houve qualquer anúncio do governo a este respeito. A rigor, o governo não teria a obrigação de se pronunciar, uma vez que não havia feito qualquer promessa de liberação em “exatos” 3 anos. Somente em outubro do ano seguinte (2013), um ano e meio após o prazo imaginado por muitos beneficiários, o “reentry” foi liberado.

Material e Métodos

Os estudos sociológicos e antropológicos sobre a migração Brasil-Japão focam demasiadamente nas questões de identidade (ROTH, 2002; TSUDA, 2003). Já os artigos sobre o programa de retorno voluntário focam nas suas implicações jurídicas — a legalidade ou não da proibição de reentry para quem recebe ajuda emergencial (ISHI, 2018). A originalidade do presente estudo consiste no fato de atentar para a subjetividade do migrante, analisando como foi a percepção sobre o programa e a interpretação das suas regras pelos beneficiários do programa. A contraposição entre a maneira como o programa foi anunciado pelo governo e a maneira como ele foi recebido pelos migrantes permite repensar os efeitos da política migratória. A metodologia é primordialmente qualitativa: 1) entrevistas semiestruturadas com 6 beneficiários desta ajuda; 2) análise dos dados de um questionário com 111 respondentes; 3) análise do noticiário das mídias japonesa e internacional. Também tive acesso a informações privilegiadas fornecidas por políticos e burocratas.

O principal material da pesquisa é o questionário realizado pelo líder de um movimento para liberação do “reentry”. O arquivo cedido por ele é rico em dados pessoais (o que garante a veracidade do questionário), mas para garantir o anonimato dos respondentes, todos os detalhes que pudessem dar margem para identificá-los foram omitidos. As entrevistas semiestruturadas que fiz com 6 beneficiários confirmam as tendências identificadas naquele questionário. E esses dados mostram significativa disparidade entre o discurso oficial do governo e a percepção de quem recorreu à ajuda.

Resultados

Apresentarei aqui apenas parte dos resultados, priorizando a análise de como os beneficiários interpretaram o programa. Um ponto importantíssimo dos depoimentos colhidos é que eles comprovam que houve diferenças de interpretação e erros de tradução nas explicações dadas pelos funcionários da Hello Work (centros de orientação trabalhista) aos brasileiros que foram se informar sobre as regras e condições dessa

ajuda. Alguns exemplos: "Se soubesse que não iria voltar jamais teria pego (sic)." "A promessa do governo foi de que depois de 3 anos poderíamos voltar." "Se eles tivessem mencionado que não deixariam mais os ajudados a retornar, jamais teria pego (sic) a ajuda."

Constata-se que as pessoas entenderam a regra como sendo "após 3 anos seria liberado o *reentry*". Entretanto, o governo havia anunciado que seria "a princípio em 3 anos". Esses dados permitem deduzir que os tradutores-intérpretes em cada região não conseguiram explicar devidamente (traduzir corretamente) que o governo não estava garantindo a liberação do "*reentry*" em 3 anos.

Outra constatação relevante é a lógica do "não querer virar um ônus para os cofres do governo japonês". Exemplos: "*Achamos prudente eu retornar para o Brasil, do que ficar pesando ainda mais na economia do Japão vivendo de seguro-desemprego.*" "*É claro que poderíamos ficar lá e se segurar, mas não é justo ficar dando despesas ao governo lá vivendo de Seikatsu (ajuda de sobrevivência), poxa acho isso sacanagem... ficar aproveitando da boa vontade do governo japonês!?*".

Percebe-se um sentimento de orgulho por não ter recorrido a um seguro-desemprego prolongado ou ao "*seikatsu*". Os depoimentos nos ajudam a decifrar a percepção que cada um teve do que seria mais "digno", "correto", "vantajoso" naquela situação inédita e atípica.

As respostas à pergunta "Por que você quer voltar para o Japão" também são reveladoras: "*Gosto muito do Japão por ter segurança, estabilidade e considero como se fosse a minha segunda casa. Temos também o direito de ir e vir muito mais que os povos chineses, tailandeses, filipinos e outros que estão entrando para trabalhar lá, pois somos descendentes de japoneses.*" "*O Japão é minha segunda casa, adoro poder saber que tenho essa cultura dos meus antepassados.*"

O discurso de que o *nikkei* merece tratamento diferenciado em relação a outros estrangeiros não é novo. Mas o ponto para o qual chamo a atenção é outro: há brasileiros chamando o Japão de "minha segunda casa". DaMatta (1997) analisa que, para um brasileiro, chamar um lugar de "casa" tem um significado profundo. Para os migrantes pioneiros da década de 90, o Brasil era a "casa" e o Japão era a "rua", onde decaíam para a condição de "indivíduos" (subcidadãos). Chamar abertamente o Japão de "casa" sinaliza uma forte identificação com o país de destino.

Conclusões

O caso dos beneficiários da ajuda de retorno de voluntário, que se sentiram "perdidos na tradução" e enganados pelo governo japonês, mostra que não basta criar medidas assistenciais, é necessário implementá-los de forma efetiva — sempre se levando em conta o ponto de vista do migrante. As falhas de tradução e de precisão nas reuniões explicativas deixam à mostra uma lacuna na política de *tabunka kyoosei* (coexistência multicultural) que o governo japonês vem implementando desde 2005. Um dos princípios básicos desta política era amenizar a barreira linguística na comunicação dos estrangeiros com os japoneses. Entretanto, o governo e/ou as prefeituras falharam justamente no momento de explicar regras que norteariam uma tomada de decisão crucial para a vida de muitas famílias: aceitar ou não os 300 mil ienes em meio à crise do desemprego. Um êxodo dessas proporções é fato raro no contexto das migrações transnacionais no século 21 — e este estudo comprova que a ajuda financeira foi fator determinante para catalisar este fluxo migratório.

REFERÊNCIAS

1. DAMATTA, Roberto. A Casa & a Rua. 5ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
2. ISHI, Angelo. Zainichi Burajirujin/Dekassegui Imin: Kikoku Shien Jigyoo no Jukyuusha ni Tyakumoku Shite (Brasileiros no Japão/Migrantes Dekasseguís: Com um enfoque nos beneficiários do Programa de Ajuda de Retorno Voluntário). Nihon Imin Gakkai/Japanese Association for Migration Studies (ed.) Nihonjin to Kaigai Ijuu. Tokyo: Akashi, p.217-238, 2018.
3. ROTH, Joshua H. Brokered Homeland: Japanese-Brazilian migrants in Japan. Ithaca: Cornell University Press, 2002.
4. TSUDA, Takeyuki. Strangers in the ethnic homeland: Japanese Brazilian return migration in transnational perspective. New York: Columbia University Press, 2003.